

<b>PRIMEIRA-SECRETARIA</b>	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em <u>12/09/19</u>	às <u>10</u> h <u>09</u>
<u>Davin</u> Servidor	<u>882650</u> Ponto
<u>PREVIAO CHA CIVIL</u> Portador	

OFÍCIO Nº 317/2019/CC/PR

Brasília, 10 de setembro de 2019.


A Sua Excelência a Senhora  
Deputada Soraya Santos  
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados  
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, 1ª Secretaria, Edifício Principal, sala 27  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Requerimento de Informação nº 925/2019, de autoria do Deputado Pedro Paulo.**

Senhora Primeira-Secretária,

Em atenção ao Ofício 1ª SEC/RI/E/nº 673/19, de 15 de agosto de 2019, que encaminhou o requerimento em epígrafe, envio a Nota SAJ nº 120/2019/SAAINST/SAJ/SG/PR, de autoria da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Atenciosamente,

  
ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA-GERAL  
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

**Nota SAJ nº 120 / 2019 / SAAINST/SAJ/SG/PR**

**Interessado:** Câmara dos Deputados

**Assunto:** Requerimento de Informação nº 925, de 2019, de autoria do Deputado Federal Pedro Paulo. Solicita informações à Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Senhor Onyx Lorenzoni, acerca de quais medidas o Poder Executivo tem tomado com a finalidade de equacionar o déficit da Portus — Instituto de Seguridade Social

**Processo :** 00001.005010/2019-40

Senhor Subchefe,

## I. RELATÓRIO

1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 925, de 2019, de autoria do Deputado Federal Pedro Paulo, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Ofício 1ªSec/RI/E/nº 673/19, de 15 de agosto de 2019. O citado Requerimento de Informação, recebido nesta Casa Civil na mesma data, foi encaminhado a esta Subchefia para Assuntos Jurídicos para para ciência e eventuais providências.

2. Em resumo, o Deputado Federal indaga as seguintes informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil:

a) Quais medidas alternativas — e menos drásticas — foram levadas a efeito nos últimos 5 (cinco) anos de modo a combater o déficit nas contas da Portus (medidas como aumento de contribuições, modificação de planos), bem assim quais providências são planejadas para se enfrentar o presente cenário?

b) Os entes patrocinadores do plano (União inclusive, na qualidade de sucessora da extinta PORTOBRAS) têm cumprido suas obrigações financeiras para com a Portus?

3. É o relatório.

## II. ANÁLISE

4. De acordo com a Constituição Federal, compete aos Ministros de Estado exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência (art. 87, parágrafo único, inciso I). Os Ministros de Estado, ademais, podem ser convocados, pelas Comissões do Congresso Nacional, para *prestar informações sobre assuntos inerentes a suas*

*atribuições* (art. 58, § 2º, inciso III). No mesmo sentido, o art. 50, § 2º, destaca que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações aos Ministros de Estado.

5. Dito isso, o artigo 50 da Constituição Federal e os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ao regulamentarem o Requerimento de Informação a Ministro de Estado, estabelecem que:

#### **Constituição Federal**

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

(...)

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

#### **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição;

II - os requerimentos de informação **somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério**, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;

III - não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige; (destaque nosso)

6. Por outro lado, de acordo com a Lei nº 12844, de 2019, *competete à Casa Civil assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições*, especialmente:

a) na coordenação e na integração das ações governamentais;

b) (Revogado pela Medida Provisória nº 886, de 2019)

c) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;

d) na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

e) na coordenação política do governo federal; e

f) na condução do relacionamento do governo federal com o Congresso Nacional e com os partidos políticos; e



e) na coordenação e acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e políticas públicas; (Redação dada pela Medida Provisória nº 886, de 2019)

f) na coordenação, no monitoramento, na avaliação e na supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e no apoio às ações setoriais necessárias à sua execução; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 886, de 2019)

g) na implementação de políticas e de ações destinadas à ampliação da infraestrutura pública e das oportunidades de investimento e de emprego; e (Incluído pela Medida Provisória nº 886, de 2019)

II - publicar e preservar os atos oficiais.

II - coordenar, articular e fomentar políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 886, de 2019)

7. De fato, os Ministros de Estado, por integrarem o Poder Executivo, estão sujeitos à fiscalização e controle do Parlamento. Note-se, contudo, **que as informações que devam prestar são aquelas ínsitas às suas atribuições, ou seja, que integram o âmbito de suas competências**, conforme se infere das regras constitucionais, legais e regimentais antes colacionadas.

8. Com efeito, conforme se infere do Requerimento de Informação nº 925, de 2019, o Deputado Federal Pedro Paulo pretende que o Ministro-Chefe da Casa Civil preste informações acerca de políticas públicas relacionadas a uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sob intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, conforme Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11. É tema, portanto, que foge às competências atribuídas por lei à Casa Civil da Presidência da República.

9. De fato considerando o arcabouço legislativo que abarca do tema e o princípio da estrita legalidade, tem-se que a Casa Civil da Presidência da República não detém a competência para supervisionar ou acompanhar a execução das políticas de gestão das Entidades de Previdência (abertas ou fechadas), não sendo possível, com efeito, responder às indagações do ilustre Parlamentar.

### III. CONCLUSÃO

10. Ante o exposto, considerando o que dispõem a Constituição Federal e a Lei nº 12844, de 2019, conclui-se pela incompetência material desta Casa Civil para o fornecimento das informações demandadas.

11. Sendo esta a manifestação jurídica com relação às indagações encaminhadas por meio do Requerimento de Informação nº 925, de 2019, sugere-se que, uma vez aprovada, seja remetida pelo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil em resposta à solicitação do i. Parlamentar.

Brasília, 28 de agosto de 2019

**DOUGLAS HENRIQUE MARIN DOS SANTOS**

Coordenador

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria Geral da Presidência da República

De Acordo.

**HUMBERTO FERNANDES DE MOURA**

Subchefe-Adjunto

Subchefia para Assuntos Jurídicos

## Secretaria Geral da Presidência da República

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria-Executiva da Casa Civil.

**JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO**

Subchefe Interino

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Secretaria Geral da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Henrique Marin dos Santos, Coordenador (a) (FCPE 101.3)**, em 28/08/2019, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fernandes de Moura, Subchefe Adjunto**, em 09/09/2019, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Subchefe**, em 10/09/2019, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1405769** e o código CRC **E07A2807** no site:

[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)